

**O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA DITADURA:
ANÁLISES SOB UM PRISMA DEMOCRÁTICO E DIALÉTICO**

**SOCIAL WORK IN THE CONTEXT OF DICTATORSHIP:
ANALYSIS FROM A DEMOCRATIC AND DIALECTIC PRISM**

Déborah Martins Soares Alves¹

Noêmia de Fátima Silva Lopes²

Resumo: Este artigo possui como objetivo: analisar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro no período em que o país vivenciou o regime de ditadura Militar. Trata-se de um estudo que é fruto da pesquisa bibliográfica, construída com base na perspectiva histórico-dialética e a partir de uma análise marxista. Verifica-se a erosão do Serviço Social tradicional e como esse contexto se deu em meio às conturbações do período autocrático burguês. Apesar da origem da profissão possuir cunho assistencialista, filantrópico, direcionado à execução de ações, sem que houvesse um processo de construção de mediações, ocorreram mudanças importantes na década de 1960, as quais provocaram transformações no Serviço Social tradicional. Esta renovação na profissão, permitiu que a profissão passasse a se posicionar de forma mais propositiva diante da realidade social. Contudo, apenas em sua trajetória sócio-histórica é que o Serviço Social adquire uma maior maturidade e um posicionamento crítico. Todavia, o Serviço Social que atualmente possui esse direcionamento crítico tem sofrido ameaças constantes, assim como presenciamos atualmente, com a democracia no Estado brasileiro, para não dizer em várias partes do mundo. Desse modo, imensuráveis são os desafios, que reforçam a necessidade de estudos e debates permanentes acerca do tema. Na cena contemporânea e adversa, urge a necessidade de avançarmos nessa direção crítica, tanto aprofundando os nossos argumentos teóricos quanto qualificando a nossa intervenção e posicionamento ético político frente a realidade social complexa.

Palavras-Chave: Serviço Social brasileiro. Renovação. Ditadura militar. Democracia. Resistência.

¹ Déborah Martins Soares Alves: graduanda do 8º período do curso de Serviço Social - Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Link de acesso ao currículo [lattes http://lattes.cnpq.br/9860898396242480](http://lattes.cnpq.br/9860898396242480). Endereço de e-mail: dmartinssouresalves@hotmail.com

² Noêmia de Fátima Silva Lopes: mestre, professora no curso de Serviço Social. Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Link de acesso ao currículo [lattes: http://lattes.cnpq.br/6595668110015755](http://lattes.cnpq.br/6595668110015755). Endereço de acesso aos OrcidID <https://orcid.org/0000-0003-4319-109X> Endereço de e-mail: nfslopes@yahoo.com.br

Artigo submetido em: 05 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 24 de julho de 2022.

p. 61-82. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202221>

Abstract: This article aims to: analyze the process of renewal of the Brazilian Social Service in the period in which the country experienced the regime of Military dictatorship. It is a study that is the result of bibliographic research, built on the historical-dialectical perspective and from a Marxist analysis. There is the erosion of traditional Social Work and how this context took place amidst the turmoil of the bourgeois autocratic period. Despite the origin of the profession having an assistentialist, philanthropic nature, directed to the execution of actions, without there being a process of construction of mediations, important changes occurred in the 1960s, which provoked transformations in the traditional Social Work. This renewal in the profession allowed the profession to position itself in a more purposeful way in the face of social reality. However, it is only in its socio-historical trajectory that Social Work acquires greater maturity and a critical position. However, the Social Service that currently has this critical direction has suffered constant threats, as we currently witness, with democracy in the Brazilian State, not to say in several parts of the world. Thus, the challenges are immeasurable, which reinforce the need for permanent studies and debates on the subject. In the contemporary and adverse scene, there is an urgent need to advance in this critical direction, both deepening our theoretical arguments and qualifying our intervention and ethical political positioning in the face of complex social reality.

Keywords: Brazilian Social Service. Renovation. Military dictatorship. Democracy. Resistance

INTRODUÇÃO

A profissão do Serviço Social brasileiro é comprometida com valores firmados em seu Código de Ética, sendo esses voltados à dignidade da pessoa humana, com o seu compromisso com a democracia, justiça, sem que haja discriminação de qualquer natureza, com destaque para liberdade enquanto centralidade ética. Para tanto, é preciso que o Serviço Social possua uma postura investigativa e desenvolva capacidade crítica/reflexiva, frente às demandas apresentadas pela questão social³ e suas expressões, as quais são parte constitutiva do objeto de trabalho do cotidiano profissional.

No entanto, nem sempre foi assim. A sua origem na década de 1930 demonstra outras características e ações que os(as) assistentes sociais identificavam e realizavam. O período histórico ao qual se pretende aqui aludir é, especialmente, a partir de 1964. Isso significa apreender que a presença da ditadura militar no Brasil suscita questões importantes, tais como: de que maneira o Serviço Social se portava, por que ocorreu a

³ A "questão social" constitui-se essencialmente na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO, 2014, p. 135).

proposta de rompimento com o conservadorismo e de que forma se manifestam tais questões atualmente (NETTO, 2011).

O Serviço Social em sua gênese apresentava características de cunho assistencialista, sob influência da Igreja Católica, sendo sua prática articulada à subalternidade com uma ação voltada apenas para execução. Portanto, a profissão se mantém amenizando as mazelas da classe trabalhadora, sendo funcional à ordem política e econômica vigentes. Infelizmente, uma "identidade" que ainda persiste e com fortes resquícios até os dias de hoje. Além da configuração apresentada, era (e continua sendo) cômodo ao Estado, incentivar e apoiar uma rede filantrópica de prestação de serviços socioassistenciais, incentivando ainda o trabalho voluntário, desqualificado e inconstante, isentando-se absolutamente de sua responsabilidade enquanto Estado, transferindo-a para a própria sociedade de forma leviana.

A partir da década de 1960, o Brasil passou por diversas mudanças, as quais tiveram grande influência na profissão do Serviço Social, com a instauração da ditadura militar, que deflagrou em 01 de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985. Essa fase exigiu uma nova postura do(a) assistente social, a qual revelou transformações ao longo dos anos, rumo ao processo de renovação da profissão e intenção de ruptura com o pensamento conservador, que ocorreria mais tarde. A profissão ao ver a realidade esmagadora, precisou realizar autoanálise e decidir de qual lado se posicionaria. Além, de ter sido necessário reconhecer que as bases, até então, não implicavam no compromisso com a classe trabalhadora, muito menos com a liberdade como essência humana.

Os desafios que a profissão enfrenta ainda nos dias de hoje deparam-se com a constatação da reafirmação dos ideais da cultura capitalista, assim como imposto pela ditadura militar no Brasil, que posteriormente recebe outros agregados tão perversos quanto. Diante de um cenário de incertezas, vale destacar: a influência do neoliberalismo, o avanço das ideias de ultradireita, o negacionismo e o reacionarismo político social, agravados neste tempo de obscurantismo, barbárie e pós-verdade.

É a partir desses elementos que se propõe analisar o Serviço Social no contexto da ditadura militar, assim como o processo de transformação no interior da profissão, com vistas em sua reflexão a partir de ponderações sobre a realidade contemporânea afim.

Uma análise teórica marxista, construída com base na perspectiva histórico-dialética, parte da dimensão de totalidade e abarca e se apoia na pesquisa bibliográfica, utilizando

autores(as) do campo teórico crítico de conhecimento, os quais contribuem para melhor compreendermos o objeto de estudo proposto sobre o Serviço Social, que possui como marco temporal o período da ditadura militar no Brasil.

O GOLPE DE 1964 E A DITADURA NO BRASIL

Analisar qualquer período da história exige uma aproximação com diferentes áreas de conhecimento e não deixa de ser um grande desafio. No caso deste estudo, uma ousadia. E diante desta história, ainda ecoa em nossos ouvidos vozes que gritam: "pai, afasta de mim esse cálice, pai. Afasta de mim esse cálice, pai. Afasta de mim esse cálice, de vinho tinto de sangue" (HOLANDA; GIL. **Cálice**. São Paulo: Polygram/Philips: 1973. 4 min).

Este período da história brasileira de 1964 a 1985, recebe diferentes análises e denominações: "*os anos de chumbo*", "*período da autocracia burguesa*", "*golpe civil militar*", dentre outros. Deve sempre ser lembrado, jamais esquecido. É a fase da história brasileira que nos envergonhamos, lamentamos e sentimos profundamente por aqueles(as) que lutaram e deram a própria vida na defesa das liberdades democráticas, pelo direito de ir e vir e de decidir, por exemplo, pelos direitos sociais, civis e políticos, os quais se encontram ameaçados permanentemente.

Por essa razão, ao conquistarmos um direito, devemos sempre vigiar e cuidar, para não perder e de novo, de forma abrupta, sermos silenciados(as) violentamente e sem piedade, como ocorreu na ditadura e ainda continua aterrorizando os porões de nossa história. E quem não conhece ou ignora esta história, dificilmente compreenderá o Serviço Social brasileiro e sua trajetória. Deste modo destacamos alguns elementos que poderão contribuir com esta análise.

O golpe de 1964 no Brasil levou à deposição o então presidente da república, João Belchior Marques Goulart e fez se instalar no país uma ditadura militar. Segundo Netto (2014), o golpe foi arquitetado desde as primeiras medidas do presidente, conhecido como Jango. O cenário de sua posse em 1961 já era conturbado pela desestabilidade política, inflação, esgotamento de investimentos do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, grande desigualdade social e a questão agrária, aspectos os quais eram alguns dos principais alvos de discussões.

Diante disso, João Goulart, conhecido como Jango apostou em reformas de base para enfrentar tais desafios, que foram propostas por diversas mudanças: urbana, bancária, eleitoral, universitária, dentre outras. Em meio a essas reformas, a eleitoral permitiria, por exemplo, que analfabetos votassem. Eles representavam pelo menos 60% da população brasileira. Já a reforma do estatuto do capital estrangeiro sugeria nova regulamentação para a remessa de lucros fora do Brasil. E a reforma agrária interferiria com a histórica estrutura latifundiária brasileira. Essas três questões incomodavam de forma específica a direita política brasileira. Tais propostas eram preocupantes, não apenas por serem defendidas pelo presidente, mas porque, nesse cenário, a esquerda política também se encontrava articulada.

Diante do conflito entre grupos de direita e de esquerda, o golpe começou a ser elaborado pelos grupos conservadores das Forças Armadas, em diálogo com os Estados Unidos, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA). A composição no poder que assumisse no ano seguinte era de fundamental importância para o avanço das propostas da esquerda, assim, interessados pela queda de Jango financiaram de forma ilegal campanhas de candidatos de oposição. O diplomata Lincoln Gordon participou ativamente da “conspiração” (assim nomeada por Aguiar (2011)) e trabalhou juntamente ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática e ao Instituto Brasileiro de Estudos Sociais, responsáveis por diversas propagandas anticomunistas.

Nesse contexto, os EUA passaram a financiar o golpe por meio dos governos dos estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais. Jango encaminhou ao congresso nacional brasileiro o pedido de convocação de um plebiscito para aprovação de reformas sugeridas e a delegação de prerrogativas do Legislativo para o Executivo, o que foi visto como forma de tentar centralizar o poder nas mãos do presidente. Houve reações às ações de Jango, as quais repercutiram nos meios de comunicação, como afirma Aguiar (2011).

Essa conjuntura fez emergir e deu destaque a movimentos que fortalecia e reafirmava a ideologia autocrática defendida pela elite brasileira que se expressava de várias formas. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁴, que aconteceu com o apoio de setores da direita e do segmento de domínio conservador da igreja, foi uma dessas

⁴ A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi um movimento com manifestações organizadas especialmente por setores conservadores do clero e por entidades femininas, realizado em 1964. O movimento era contra o governo de João Goulart e favorável à deposição dele, pelas medidas que vinham sendo adotadas pelo presidente (NETTO, 2002).

formas de manifestação. Em meio a um ambiente de desconfianças da sociedade, era importante dar foco a expressões que legitimasse o pensamento ideológico da moral burguesa e condenasse qualquer possibilidade de pensamento diferente. Desse modo, ocorreram vários protestos contra o governo de Jango, em razão de ser considerado pelos cidadãos(ãs) um comunista, ideia disseminada estrategicamente pela elite brasileira sob influência ideológica norte-americana.

A direita capitalista distorcia as ideias sobre o comunismo, assim como nos dias atuais, para permanecer no poder, com a intenção de que esse sistema se mantivesse e a acumulação de riquezas prosseguisse sem maiores impedimentos. Era preciso melhorar a impressão negativa que a sociedade construiu sobre o capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Desse modo, a disseminação de falsas afirmações sobre o comunismo⁵ ocorria em toda a América Latina, e as suas estratégias para isso sucederam-se com o apoio do segmento conservador da Igreja católica, que também utilizava dos meios de comunicação como jornais e rádio principalmente, para propagar o seu pensamento ideológico.

Na busca de apoios, ocorreu, ainda, a unificação das forças militares em favor do golpe. E, ao anistiar os revoltosos e contrapor as autoridades militares responsáveis, houve também o apoio das Forças Armadas brasileiras. Os EUA já estavam postos para colocar em prática a *Operação Brother Sam*⁶, e, em 31 de março de 1964, o pontapé foi dado pelos mineiros, sob a liderança de Olympio Mourão Filho, que marchou com suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro e iniciou o processo de deposição do presidente João Goulart, com o apoio dos EUA e das Forças Armadas. O golpe foi instaurado na madrugada de 02 de abril de 1964, quando o Congresso, em sessão secreta, declarou a Presidência da República vaga (NETTO, 2014).

Após o golpe, houve o período denominado por Netto (2002) de autocracia burguesa, para se referir à ditadura militar, onde a burguesia possuía autopoder. No afastamento do presidente Jango e dada a "vacância" da presidência, o poder é tomado por Marechal

⁵ No contexto atual, é vivenciado o que outrora ocorreu com o golpe de 1964, como apresentado na obra *O fogo da conjuntura*, de Milton Pinheiro, Edmilson Costa e Mauro Iasi. Os autores refletem acerca da persistência de ideias como o "terror ao comunismo", uma correlação de forças onde a direita ultraconservadora estabelece seu poder. Em contrapartida, há o enfraquecimento dos movimentos sociais. A cada dia, a realidade se apresenta ainda mais complexa, na qual as contradições se tornam mais profundas.

⁶ A Operação Brother Sam foi um movimento da marinha norte-americana a favor dos militares que depuseram o presidente Jango (NETTO, 2014).

Castelo Branco, que passa a ser o novo presidente da república do Brasil. De acordo com Netto (2014), os militares da época justificaram o golpe sob a alegação de que “havia ameaça comunista no país”.

Essa época foi marcada na história do Brasil por meio da injeção de vários Atos Institucionais, os quais colocaram em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a ausência da democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime. O Ato Institucional nº 5 (AI5), no governo do general Artur da Costa e Silva, foi considerado o instrumento de repressão mais duro do governo militar, período denominado como “anos de chumbo”. Nele, houve a suspensão dos direitos políticos, cassação de mandatos, aumento da repressão e a suspensão do *habeas corpus*, entre outros. Foi estabelecido também o Ato Institucional nº 1 (AI1), o qual proporcionava ao governo militar poder de modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos por dez anos e demitir ou aposentar qualquer pessoa que fosse contra “a segurança do país” Netto (2002).

Durante esse contexto, adveio o fortalecimento do poder central, sobretudo, do Executivo. O alto comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era referendado pelo Congresso Nacional. A liberdade de expressão e de organização era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, agremiações estudantis e outras organizações representativas eram suprimidas ou sofreram interferência direta do governo. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas e culturais foram reprimidas pela censura. Em contrapartida, presenciou-se um período de grandes transformações na economia do país, de modernização, concentração de renda, abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo. Ou seja, apesar do crescimento econômico, não houve distribuição de renda para a população (NETTO, 2014).

Em suma, os fatores que influenciaram o Golpe de 1964 se revelam na instabilidade política do governo de Jango e no apoio das esferas conservadoras da Igreja católica, além da elite, da classe média e de parte da imprensa brasileira. Vale destacar, o alto custo de vida da população, a escalada da inflação, as ocorrências de greves e manifestações, as promessas de Goulart em realizar reformas de base e o medo da direita de que o socialismo fosse implementado foram alguns dos fatos político-econômicos evidenciados no período. Nessa direção e como resposta a tais elementos, a ditadura entra

em cena a fim de elevar o poder da classe dominante, acelerando o crescimento econômico, para a ampliação da acumulação de riquezas. Entre as principais características do regime militar no Brasil, está a cassação de direitos políticos de opositores, a censura aos meios de comunicação, a repreensão aos movimentos sociais, a aproximação dos Estados Unidos, o controle dos sindicatos e o uso de métodos violentos, os mais perversos tipos de tortura⁷, com quem ousasse se manifestar contrário ao regime militar imposto.

Ao mesmo tempo que ocorria esse cenário de tormentos e negação dos direitos humanos, o chamado "Milagre Econômico", com forte crescimento da economia e altos investimentos em infraestrutura - e, conseqüentemente, o aumento da dívida externa -, marcava a economia do país. Além disso, acentuava-se o autoritarismo, por meio da centralização do governo, o elitismo e o liberalismo, com ênfase na responsabilidade individual dos sujeitos e na concentração de renda do grande capital (AGUIAR, 2011).

É notório, durante esse período, desde a arquitetura do golpe militar e da implementação do regime, a intensa repreensão intelectual, trabalhista, cultural, dentre outros, os quais a ditadura militar instaurou. Bem como o agravamento das refrações da questão social em que as lutas sociais e os direitos da classe trabalhadora foram ignorados e violados, reafirmando, assim, o golpe contra a democracia política no Brasil. Desse modo e na mesma proporção que a economia crescia, a população brasileira padecia em meio à crescente desigualdade social, vivenciando a exploração no trabalho, a pobreza, o desemprego e o subemprego, acentuando ainda mais as péssimas condições de vida da população.

A "CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA" E A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA"

7 O momento violento que o povo brasileiro vivenciou releva a explícita violação dos direitos humanos básicos, um verdadeiro trauma e terror, uma cicatriz postulada na história que resulta em inúmeras conseqüências: dor, amargura e sofrimento à classe trabalhadora (GASPARI, 2014, p. 407-473), (WESCHLER, 1990), (WRIGHT, 1995). Disponível em: CEDIC PUC-SP. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/brasil-nunca-mais/fontes.html#:~:text=Dom%20Paulo%20Evaristo%20Arns&text=Bibliografia%3A%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%201985>. Acesso em: 1 mar. 2022. - GASPARI, Elio. **A floresta dos homens sem alma**. In: A ditadura escancarada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 407-473. - WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. Tradução de Tomás Bueno. Trad. Ref. E notas: Celso Nogueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. - WRIGHT, Jaime. **Dez anos de Brasil**: nunca mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 jul. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/14/opiniaio/10.html>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

Nesse contexto de adversidades em função da ditadura, Netto (2002) usa o termo contrarrevolução preventiva para se referir a esse regime. A palavra contrarrevolução é situada pelo autor, pois, no governo de Jango, o país se direcionava para uma revolução por meio das reformas de base. Todavia, a burguesia e os militares exerceram um movimento contrário a essa "revolução", mantendo o que estava posto aos interesses da classe dominante: a riqueza nas mãos de poucos. O termo "preventiva" se coloca em razão da revolução não ter acontecido, contudo ocorre um movimento contrário, ou seja, um movimento contraevolutivo.

A contrarrevolução preventiva, segundo Netto (2002), se direcionava no sentido de adequação aos padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista. Esse período foi marcado por uma acentuada internacionalização do capital e, quando surgia qualquer protagonista social e político interessado em resistir a esse processo que conduzia centros periféricos a uma relação subordinada, de dependência em face dos centros imperialistas, era prioridade combater em todo o mundo qualquer tendência política e ideológica, que se aproximasse da via socialista, de tal modo que quando não havia esta "obediência", eram silenciados, excluídos e até mesmo eliminados misteriosamente.

Nessa ótica, a modernização conservadora, ou perspectiva modernizadora, constitui, segundo Netto (2002), a expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Todo discurso profissional compreende dessa tensão, entre o "tradicional e o moderno", as exigências do sistema de desenvolvimento mundial que vinha impondo ao Serviço Social, sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidas, o desempenho de novos papéis, onde há a urgência da mudança da sua atuação e do método de Caso, Grupo e Comunidade⁸.

Deste modo o rumo deveria ser a ruptura com o tradicionalismo, porém, não há um rompimento e o que ocorre é a captura do tradicional⁹ sob novos alicerces. De tal modo que não houve nenhum tipo de ruptura com os padrões ideoculturais da acumulação capitalista, e por esse motivo o termo utilizado de "intenção de ruptura" (NETTO, 2020).

⁸ Considerados como a primeira metodologia de intervenção do serviço social - caso, grupo e comunidade - na América Latina. Autores como Ammann (1992), em seu livro *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, e Castro (2011), em *História do Serviço Social na América Latina*, abordam o tema.

⁹ A discussão sobre o tradicional e o conservador o qual Netto (2002) aponta é direcionada à doutrina religiosa, moralista e filantrópica em que os(as) assistentes sociais vivenciaram no princípio da profissão, quando há o reforço ao modo de produção capitalista.

A modernização conservadora gerou um mercado nacional de trabalho para os(as) assistentes sociais, o qual se expande e se consolida. O uso da força de trabalho do(a) profissional de Serviço Social, a ação da profissão é praticamente obrigatória em função do projeto da ditadura. Esse mercado alvitrou para o Serviço Social novas exigências. A partir do Estado autocrático burguês, a profissão precisava responder as demandas também de forma burocrática. A prática dos(as) profissionais necessitou se reverter de características capazes de possibilitar o seu controle e sua verificação, segundo critérios burocráticos e procedimentos formais. Como consequência, ocorreu o vetor de erosão do Serviço Social tradicional clássico, o qual foi sendo minado aos poucos dentro do sistema vigente. A modernização dos conceitos e objetivos do Serviço Social na sociedade serviu não apenas para tornar o(a) profissional mais técnico, como também para abordar de maneira metódica e sistemática os “problemas sociais” apresentados com o desenvolvimento da sociedade (NETTO, 2002).

Com o advento de tais transformações, era imprescindível que acontecessem mudanças também no perfil dos(as) assistentes sociais. Entretanto, a classe dominante pretendia que esses(as) profissionais colaborassem com o sistema capitalista e com o fortalecimento do Serviço Social tradicional, apenas modernizando-o e não desconstruindo ou alterando o que vinha sendo erigido no projeto ideológico do grande capital. Porém, é nesse contexto que os(as) assistentes sociais adquiriram ou se aproximaram de uma maior maturidade e acúmulo teórico. O(A) profissional do Serviço Social se desvincula da condição filantrópica para ser “agente de transformação”, baseado na teoria social crítica marxista, mesmo que essa teoria a princípio tenha sido apropriada de forma equivocada por não ter buscado as devidas referências em suas verdadeiras fontes. Lembrando que, havia uma grande dificuldade de acesso a qualquer teoria que fosse crítica e/ou questionasse as estruturas vigentes.

Com as mudanças que aconteceram no interior da profissão, o Serviço Social tradicional passa a se deteriorar, perder suas forças e bases. Apesar de conservar e manter as raízes da profissão, a transformação se mostrava possível e passa a ser vislumbrada naquele momento pela categoria. Como em todo processo de ideação, havia o entendimento, por um grupo da profissão, sobre a necessidade de construção de um projeto diferente do que estava em curso, desde as origens do Serviço Social no Brasil,

pois o projeto vigente apenas reproduzia os princípios do capitalismo que operava (e continua operando) no Estado como o seu escritório de execução (NETTO, 2002).

A EROSÃO DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL

O regime autocrático burguês, instaurado em 1964, contribuiu para o processo de renovação no país. Sobre as mudanças ocorridas, a erosão do Serviço Social foi sendo solapada aos poucos, evidenciando algumas questões. Entre essas, a laicização foi um ponto crucial, sendo essa referenciada por Netto (2002) como o ato de se desvincular do caráter conservador das bases religiosas da Igreja católica, pela aproximação da profissão a outras áreas de conhecimento, diluição do movimento estudantil, a interferência das ciências sociais, além do amadurecimento de setores da categoria profissional.

Nesse sentido, Netto (2002) salienta que

O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social "tradicional": implicou um dimensionamento técnico-racional - quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua condução - que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às de programação organizacional. No curso desse processo, mudou o perfil profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo "moderno" - com um desempenho onde traços "tradicionais", são deslocados e substituídos por procedimentos "racionais" (NETTO, 2002, p.123).

As exigências do período do regime militar fizeram (não de forma proposital) com que o Serviço Social tradicional se desgastasse, em meio à dominação, opressão e repressão sofrida pela ditadura militar. Foi um momento de reflexão dos(as) assistentes sociais, para enxergarem a necessidade de movimentos sociais e a articulação com outros(as) profissionais.

A profissão no Brasil, até a primeira década de 1980, não apresentava contestações relevantes, manifestando homogeneidade nas suas intervenções, por meio de uma unidade em suas propostas profissionais, mas, uma certa "aspepsia", voltada à "neutralidade" de participação se evidenciava. A ruptura com esse contexto tem seu apoio na laicização¹⁰ do Serviço Social, com o afastamento da Igreja católica, bem como as novas condições

¹⁰ A laicização é referenciada por Netto (2002) como o ato de se desvincular do caráter conservador das bases religiosas da Igreja católica.

postas à formação e ao exercício profissional. Desse modo, instauraram-se contradições para uma renovação conforme suas necessidades e interesses. A autocracia burguesa criou um espaço onde se apresentavam as possibilidades de novas alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava, promovendo diversas alternativas.

Para Netto, a renovação consiste no

conjunto de características novas, que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição da natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicando nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicando nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem (2002, p. 131).

Netto (2002) ainda salienta alguns aspectos que sinalizam os nós mais decisivos do processo de renovação do Serviço Social:

- a) a instituição do pluralismo teórico, ideológico e político na profissão, afastando-se da tradição do monolitismo¹¹;
- b) a diferenciação das concepções profissionais, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria em uma homogeneidade, identidade de visões e práticas;
- c) a sintonia da controvérsia teórica metodológica profissional, com as discussões em curso das ciências sociais;
- d) a aproximação da profissão com outras áreas do saber;
- e) a inserção de planejamento em suas ações, no ato de refletir, idealizar e construir mediações; e
- f) o aprimoramento nos campos da investigação e da pesquisa.

Este movimento integrante do processo de renovação do Serviço Social se manifestou por volta de 1965 e perpetuou até 1975, o seu principal objetivo era a crítica ao sistema capitalista e às suas estruturas, posicionamento fundamentado no pensamento

¹¹ A tradição do monolitismo no Serviço Social, segundo Netto (2002), está relacionada à inflexibilidade de mudanças, a qual se buscava a manutenção do sistema.

marxista (NETTO, 2002). A renovação do Serviço Social que se iniciou no período de 1964 pode ser considerada ainda em movimento nesta trajetória histórica.

Nesse processo sócio-histórico, três direções se destacaram:

- a) a perspectiva modernizadora, a qual se esforçava no sentido de adequar a profissão às exigências do regime, como a intensa burocratização. Além disso, apresentava em suas bases o estrutural-funcionalismo estadunidense, com a influência da língua, cultura e outros. Os(As) assistentes sociais, nesse contexto, possuíam caráter tecnocrático; contudo, essa vertente é posta em questão em meados dos anos 1970, com a crise da ditadura militar (NETTO, 2002);
- b) a perspectiva de reatualização do conservadorismo, a qual se expressou na profissão, pode ser caracterizada como uma perspectiva resistente as mudanças, recupera as características da herança conservadora e as repõe sobre uma base teórica-metodológica nova. Dentre as características, obtinha traço microscópico da ação, do singular, sem se preocupar com a totalidade, e se pautava na culpabilização de indivíduos. É importante ressaltar que havia carência desses debates no interior da profissão (NETTO, 2002);
- c) já a perspectiva de intenção de ruptura evidencia-se pelo intuito de romper com a lógica do sistema capitalista. O eixo central é a crítica ao tradicionalismo da profissão, recorrendo à tradição teórica marxista e vinculando-se ao movimento de reconceituação que, no início dos anos de 1980, conquista hegemonia no universo profissional (NETTO, 2002).

Sumariamente, o regime militar deveria contribuir com o fortalecimento do Serviço Social tradicional, porém presencia-se o contrário. O Serviço Social tradicional passou a se deteriorar tanto no Brasil quanto na América Latina, e o(a) profissional perdeu seu caráter de mero executor das características demandas do sistema capitalista. Antes, reproduzia apenas o pensamento capitalista por meio do Estado e sob forte influência da Igreja católica. Mas, a partir desse momento, passa a se relacionar com novos elementos, como a capacidade crítica no campo da análise, planejamento, investigação e intervenção.

É notório o quanto a profissão do Serviço Social amadurece ao longo da sua trajetória, apesar das adversidades, como a permanência do conservadorismo, que continua se expressando de várias formas na contemporaneidade. No modo de produção capitalista, a ruptura com o conservadorismo torna-se um grande desafio, considerando a

funcionalidade das suas ideias ao processo de acumulação (IAMAMOTO 2004; BONFIM 2015), já que em seus princípios a manutenção do *status quo* é fundamental para o *modus operandi* do capitalismo.

A EXPRESSÃO DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL NA CONTEMPORANEIDADE E OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O processo que o Serviço Social vivenciou da aproximação de uma teoria emancipatória, alinhada à teoria social de Marx, adveio na fase de transição que o Brasil passou do regime da ditadura à democracia e teve como marco a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 5 de outubro de 1988. Desse modo, a Constituição Federal torna-se o principal símbolo do processo de redemocratização brasileira, após 21 anos de regime militar no país. É importante citar esse momento da história, pois o fim do regime ditatorial e o início do processo de redemocratização influenciam e são influenciados por vários movimentos sociais e políticos que resistiam e denunciavam a ditadura em todo país e América Latina.

Obviamente que outros elementos, os quais não foram discutidos aqui, são determinantes para compreender todo o processo desses 21 anos de ditadura militar no Brasil, e devem ser consultados e revisitados em referências bibliográficas sobre o tema, documentários e arquivos¹², a fim de que não nos esqueçamos dos *anos de chumbo*, pois não os precisamos reviver para os negar. Nesse contexto e a partir de então, uma nova página da história começa a ser elaborada no campo dos direitos sociais e da democracia, mas isso não significa que o grande capital e a elite do país abdicassem do seu projeto de dominação em curso.

Para o Serviço Social, as décadas após o processo de intenção de ruptura ao conservadorismo foram perversas, assinaladas pelo fortalecimento do capitalismo, pelas mudanças na organização e pela precarização do mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva (ANTUNES, 2013). Além do enfraquecimento do Estado, com a adesão do Brasil às políticas neoliberais, a presença das contrarreformas, ocasionando o avanço do processo de acúmulo de capital e a intensificação das desigualdades sociais, (BEHRING; BOSCHETTI,

¹² Consultar livros e arquivos acerca do período ditatorial que revela desaparecidos e mortos desse momento cruel que o Brasil vivenciou, por exemplo: a **Comissão da Verdade**. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

2011) em um mundo agora globalizado. Com isso, há um agravamento da questão social e suas expressões, complexificando o cotidiano¹³ de trabalho e exigindo cada vez mais da capacidade propositiva do(a) assistente social.

A globalização encontrou terreno essencial nesse período, sendo o processo de aproximação entre diversas sociedades e nações, seja no âmbito econômico, social, cultural e político, na produção de uma nova forma de enriquecimento e concentração. O principal destaque da globalização está na integração do mercado entre os países, processo esse que aproxima mercadorias e pessoas, como uma estratégia do capitalismo que, a partir da exploração da tecnologia, possibilita uma fábrica global de consumo (IANNI, 1997).

De acordo com Iamamoto (2007), pensar criticamente a globalização exige compreender a mundialização do capital.

A mundialização financeira, em suas refrações no país, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção da distribuição de bens e serviços (IAMAMOTO, 2007, p. 21).

Os efeitos da globalização estão expressados na expansão das empresas e criação de multinacionais, principalmente em países e regiões periféricas, onde a força de trabalho é barata, reforçando a exploração. Nesse sentido, há cada vez mais a ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo (MARX, 2017), causando desempregos e a concentração de riquezas, especialmente investimentos internacionais, além do acultramento, ao misturar diferentes elementos culturais, descaracterizando costumes de determinado país.

Em um cenário mais recente, é perceptível o quanto o conservadorismo tem ganhado forças e tem se alimentado no sistema capitalista. Entre as suas características, observa-se o fortalecimento do Estado mínimo, contrarreformas no âmbito trabalhista e perda de direitos. Além dessa conjuntura, assistimos ao crescimento da extrema ou “nova direita” (PEREIRA, 2020), despertando-se do seu sono esplêndido desde a redemocratização no Brasil. Lamentavelmente uma cena familiar, observa-se um ressurgir do reacionarismo e negacionismo, do ódio de classe, gênero, religião, nacionalidade, raça, etnia, dentre discriminações e intolerâncias de diversas naturezas, ascendendo o sinal de alerta e temor

¹³ E que se apresenta como o campo reprodutor da alienação.

sobre a atual conjuntura e rumos do futuro de um país, que, para além dessas expressões, é um país de capitalismo dependente, assim como toda a América Latina.

No Serviço Social, em especial, todo esse contexto recai sobre a profissão, assim, são reveladas características dos(as) profissionais com uma formação e qualificação deficientes, precarizadas, acrílicas, apolíticas e ahistóricas (MONTAÑO, 2009), corroborando com os valores da gênese da profissão do serviço social e do próprio capitalismo.

Características constituídas por uma ideologia política neoliberal, que é mercantil e privatista, a qual tem atuado na política de educação superior no país, com a modalidade de ensino a distância, a precarização do ensino e constantes ataques à educação pública, laica, presencial, plural, democrática e de qualidade. Essas são algumas das marcas do nosso tempo, as quais vêm sendo demarcadas pela elite burguesa brasileira.

Com isso, há uma intensificação do processo de alienação, a burocratização de serviços, a reafirmação da filantropia, da cultura do descartável, contribuindo para que cada vez mais a classe trabalhadora se distancie de sua capacidade crítica e, conseqüentemente, da transformação social, da compreensão da importância das mediações¹⁴ em seu trabalho, da dialética, da práxis profissional, essenciais ao exercício profissional (GUERRA, 2012). Valores e princípios postos permanentemente em xeque. Ou seja, o que deveria ter sido superado tem se retomado e se evidenciado de forma pujante, sendo o conservadorismo e a ultradireita personificações desse momento presente.

O projeto conservador ligado à ordem hegemônica e o projeto do Serviço Social brasileiro estão em constante embate. É notório desde a gênese da profissão até os dias atuais o quanto o conservadorismo tem afetado o Serviço Social assim como, toda sociedade e de forma muito perversa, toda a classe trabalhadora. Deste modo, é perceptível a necessidade de que o(a) assistente social se posicione criticamente, de forma propositiva e de modo transformador, comprometido com a práxis¹⁵ profissional, buscando alternativas coletivas, a fim de resistir as artimanhas do capitalismo e aos seus impactos negativos na vida das classes mais vulneráveis da sociedade.

Os projetos conservadores e os projetos emancipatórios se encontram historicamente em constante disputa no interior do Serviço Social, realidade presente na

¹⁴ Em consonância com Pontes (2016), a mediação é uma das categorias principais da dialética. Essa faz parte da ontologia do ser social, em que se apoia no movimento do singular ao universal, saindo do plano do aparente, do imediato, para a direção da essência da realidade posta.

¹⁵ Para Marx (2017), a práxis é uma prática crítica reflexiva, sendo uma atividade que transforma a realidade.

profissão desde sua gênese. Entretanto, na atualidade, os projetos conservadores se manifestam com novas roupagens, revelam-se na incontrolável busca pela expansão do lucro, nas estratégias do capitalismo postas em questão: no desmonte de direitos adquiridos pela classe trabalhadora, na mercantilização da vida, na reificação das relações sociais, privatizações em curso, além do acirramento das desigualdades sociais.

Em contrapartida, os projetos críticos se posicionam negando tudo o que afeta os direitos humanos e a dignidade da vida e das relações sociais. Assim como o projeto ético-político do Serviço Social, têm sua base na teoria social marxista e seus princípios no Código de Ética de 1993, no qual seus interesses são alinhados ao da classe trabalhadora e o seu alvo está na superação da ordem social atual (IAMAMOTO 2004; NETTO 2011).

Conforme Silva (2021), há diversos limites enfrentados na condição de trabalho pelo(a) (a)assistente social. Esses entraves expressam a reafirmação ao Serviço Social tradicional e os desafios colocados ao Serviço Social brasileiro. Entre essas questões, estão a ausência de recursos, financeiros, materiais e humanos, infraestruturas precárias, redução de profissionais, achatamento salarial, falta de incentivo e condições objetivas para a qualificação profissional, subempregos, desempregos, ampliação do exército industrial de reservas, dentre outros. Esse contexto revela o quanto o Serviço Social, que se propõe na direção da emancipação humana, tem sido ameaçado pelas estratégias e táticas da hegemonia do grande capital.

Iamamoto (2007) assinala que, em meio à condição de aniquilação humana, de "banalização da vida", da cultura ao individualismo, o trabalho do(a) profissional do Serviço Social é e precisa ser sempre o de buscar compreender as mediações pelos quais se expressam a questão social, por meio de um processo reflexivo, utilizando-se de formas de resistência ao sistema capitalista, junto a classe trabalhadora. O intuito é a construção, a ampliação e o acesso aos direitos sociais, por meio da democracia e jamais da barbárie¹⁶, como temos vivenciado neste circo de horrores, na disputa acirrada e desigual de projetos de classes com interesses tão antagônicos em nosso país.

¹⁶ Em um país que aflora a desigualdade social, a democracia perpassa por dificuldades e desafios para se efetivar. A luta atual que urge é em favor do seu fortalecimento e concretização em todas as esferas da sociedade (MÉSZÁROS, 2011).

PARA NÃO VOLTARMOS A UM PASSADO SOMBRIO E NEM PERDERMOS A ESPERANÇA

Que sonha com a volta do irmão do Henfil. Com tanta gente que partiu. Num rabo de foguete. Chora. A nossa Pátria mãe gentil, choram Marias e Clarisses, no solo do Brasil. Mas sei que uma dor assim pungente, não há de ser inutilmente. A esperança dança na corda bamba de sombrinha. E em cada passo dessa linha, pode se machucar. Azar! À esperança equilibrista, sabe que o show de todo artista tem que continuar (BLANC, Aldir; BOSCO, João. Intérprete Elis Regina. O Bêbado e a Equilibrista. 1979, 3,47 min).

Diante dos elementos abordados em nossas análises, de uma coisa temos certeza: não podemos permitir fazer o caminho de volta! A trajetória histórica nos mostra, por meio da evidência dos fatos, que a democracia, mesmo com suas fragilidades e percalços, por pior que se apresente e da forma como tem sido vivenciada na atual circunstância, não se compara a qualquer ditadura e regime autocrático. Contudo, essa democracia se encontra ameaçada pelos grupos de extrema direita que reproduzem ideias reacionárias, vários tipos de intolerâncias, discriminações e barbárie. As ideias reacionárias e neofascistas expressadas e reproduzidas pelo atual governo no Brasil acirram as disputas políticas, econômicas e ideológicas, além de provocarem insegurança e medo, evidenciando a importância da consciência de classe, bem como da necessidade e urgência da organização e luta na defesa de um projeto coletivo emancipatório.

Pertencente à classe trabalhadora e nesse contexto da dinâmica do capital, na divisão sociotécnica do trabalho, em meio às suas relações sociais, está inserida a profissão do Serviço Social, como nos lembra bem Iamamoto (2008). Uma profissão que atua exatamente no cerne dos seguimentos mais vulneráveis da população, nos quais os direitos são violados permanentemente e o Estado se faz ausente para a classe trabalhadora e presente para o capital, além de instituir que essa mesma classe trabalhadora receba de forma negativa as influências desse processo sócio-histórico, ideológico e político. A defesa e a disputa de projetos antagônicos ocorrem também no interior da categoria do Serviço Social, exigindo atenção, cuidado, organização junto aos movimentos sociais e de classe.

Diferentes aspectos contribuíram para o processo de renovação do Serviço Social no período da ditadura militar. Com isso, há inquietações na atualidade que corroboram a necessidade de reflexão crítica, resistência e luta. Não devemos permitir ainda mais retrocessos. Não podemos, em nenhuma hipótese, voltar ao passado da ditadura que

assolou e assombra a nossa democracia e que, por meio de um regime autoritário, militar, torturou e eliminou milhares de vidas inocentes, não só no Brasil, mas em vários países da América Latina. Atrocidades realizadas por uma elite burguesa, branca e de direita, permitindo e facilitando, por meio do Estado, maior enriquecimento do capital, "*em nome de Deus, da pátria, da família e dos bons costumes*".

Desse modo, faz-se necessário o constante debate nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho dos(as) assistentes sociais, bem como nos congressos, encontros, eventos e na academia, na pesquisa científica, na formação e nos movimentos sociais para que não se esgote a busca pela transformação e pela afirmação do projeto emancipador do Serviço Social brasileiro, expressado no Projeto Ético-Político. Os fatos sócio-históricos apenas reforçam a ideia de que não temos um outro caminho a seguir, nem um outro projeto a defender. Essa é a nossa defesa e o nosso lado nesta história.

Em síntese, e ainda de forma bastante genérica (contudo, já apontando elementos para novos estudos), destacamos o nosso posicionamento, que consiste em um determinado norte e direção, valores sustentados em princípios éticos fundamentais, tais como: o compromisso com a classe trabalhadora, a defesa da equidade, a busca pela ampliação da liberdade como centralidade da vida social e a defesa por uma nova ordem social, justa e solidária. Além da negação da discriminação e intolerância de qualquer natureza, do respeito à dignidade e da defesa intransigente dos direitos humanos, da negação do autoritarismo e do arbítrio e, conseqüentemente, do fortalecimento da cidadania e da democracia.

E assim, continuamos nesta trajetória, sem perder de vista a nossa direção, em uma busca incansável, pois, mesmo exaustos(as) sabemos

quem tem consciência para ter coragem. Quem tem a força de saber que existe E no centro da própria engrenagem. Invento contra a mola que resiste. Quem não vacila mesmo derrotado. Quem já perdido nunca desespera e envolto em tempestade, decepado. Entre os dentes segura a primavera (SECOS & MOLHADOS, Primavera nos dentes. São Paulo: Universal: 1973. 4.50 min).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMMMAN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

BLANC, Aldir; BOSCO, João. Intérprete Elis Regina. **O Bêbado e o Equilibrista**. Rio de Janeiro. WEA. 1979, 3,47 min.

BRASIL. Código de ética do assistente social. **Lei nº 8.662/1993**. Legislação Brasileira para o Serviço Social. Brasília: CRESS-MG. 2011.

----- **Comissão Nacional da Verdade**: Relatório. Brasília, DF: CNV, v. 1, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 7 de fev. de 2022.

----- **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo**: Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>, Acesso em: 1 mar. 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTAZZO Juliana. Atuação da OTAN no Pós-Guerra Fria: Implicações para a Segurança Internacional e para a ONU. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, p. 91-119.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CEDIC PUC São Paulo. **Brasil nunca mais e violações de direitos humanos**. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/brasil-nunca-mais/fontes.html#:~:text=Dom%20>. Acesso em: 2 de mar. de 2022.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisas**. 3. ed. Montes Claros: Unimontes, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. 14ª edição. Editora Paz e Terra. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

GASPARI, Elio. A floresta dos homens sem alma. *In*: **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 407-473.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalização do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

HOLANDA, Chico Buarque de; GIL, Gilberto. **Cálice**. São Paulo: Polygram/Philips: 1973. 4 min.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

----- **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

----- CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo. Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. 2 ed. rev. e ampliada. Cortez. Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, "a específica" e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós - 64**. São Paulo: Cortez, 2002.

----- **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

----- *Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. (Org.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. Transfigurações da Política Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

PINHEIRO Milton; COSTA Edmilson; IASI Mauro. **O fogo da conjuntura**. 1. ed. São Paulo, ICP, 2021.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social**. 1. ed. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). Capacitação Em Política social e Serviço Social. V. 3, 2000.

----- **Mediação e Serviço Social: uma estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2016.

SECOS & MOLHADOS, **Primavera nos dentes**. São Paulo: Universal: 1973. 4,50 min.

SILVA, Diego Tabosa da. **Configurações do trabalho de assistentes sociais em Montes Claros à luz de uma pesquisa: análises e impressões desta travessia**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.

WESCHLER, Lawrence. Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. Trad.: Tomás Bueno. Trad. Ref. E notas: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. *WRIGHT, Jaime. Dez anos de Brasil: nunca mais. Folha de S. Paulo,* São Paulo, 14 jul. 1995. (digital). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/14/opiniaio/10.html>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.